

Governo não dará reajuste salarial em 98

Funasa, Funai, Iphan, Fundação Roquette Pinto e Enap são os que terão os maiores cortes de pessoal

130162
Rodrigo França Taves

● BRASÍLIA. O Governo vai cortar R\$ 2,2 bilhões com despesas de pessoal em 1998, dos quais R\$ 1,5 bilhão deixando de conceder qualquer reajuste salarial para os servidores públicos no ano que vem. A secretária-executiva do Ministério da Administração, Cláudia Costin, informou que até o reajuste diferenciado para as categorias do núcleo estratégico foi cancelado em 98 e que o reajuste linear está definitivamente descartado.

Serão economizados ainda R\$ 234 milhões com o corte de 30 mil a 40 mil benefícios de aposentados e pensionistas que não fizeram o recadastramento; R\$ 357 milhões com a demissão de cerca de 33 mil servidores não-estáveis; R\$ 71,4 milhões com a extinção de 8,5 mil contratos de trabalho temporários; R\$ 19,5 milhões com a redução de 10% nas despesas com cargos de confiança; e R\$ 5,1 milhões com o fim do direito de o servidor incorporar ao salário os décimos das funções comissionadas.

O ministro da Administração, Bresser Pereira, disse que haverá critérios objetivos e impessoais para a demissão dos não-estáveis. Serão preservados do corte os servidores das chamadas carreiras de estado e das carreiras não incluídas do Programa de Demissões Voluntárias (PDV) do ano passado. Segundo Bresser, a demissão recairá principalmente sobre os não-estáveis que exercem atividades administrativas. Serão preservadas as atividades-fim dos ministérios.

Cláudia Costin admitiu que o Mare ainda não tem certeza de quem são os não-estáveis do serviço público e, por isso, pedirá um levantamento a cada órgão do Governo sobre a situação jurídica dos servidores listados. Ela admitiu também que ainda há uma dúvida dos advogados do Mare sobre como garantir o princípio da impessoalidade. Segundo ela, as demissões só começam daqui a dois meses e o Governo poderá levar um ano e meio até completar a cota anunciada ontem.

Como o Governo vai gastar R\$ 321 milhões com a demissão dos 33 mil não-estáveis, a economia em 1998 será, na verdade, de apenas R\$ 36 milhões. Só nos anos seguintes alcançará os R\$ 357 milhões estimados. Os órgãos mais atingidos pelos cortes, segundo o Mare, serão Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico (Iphan), Fundação Roquette Pinto e Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

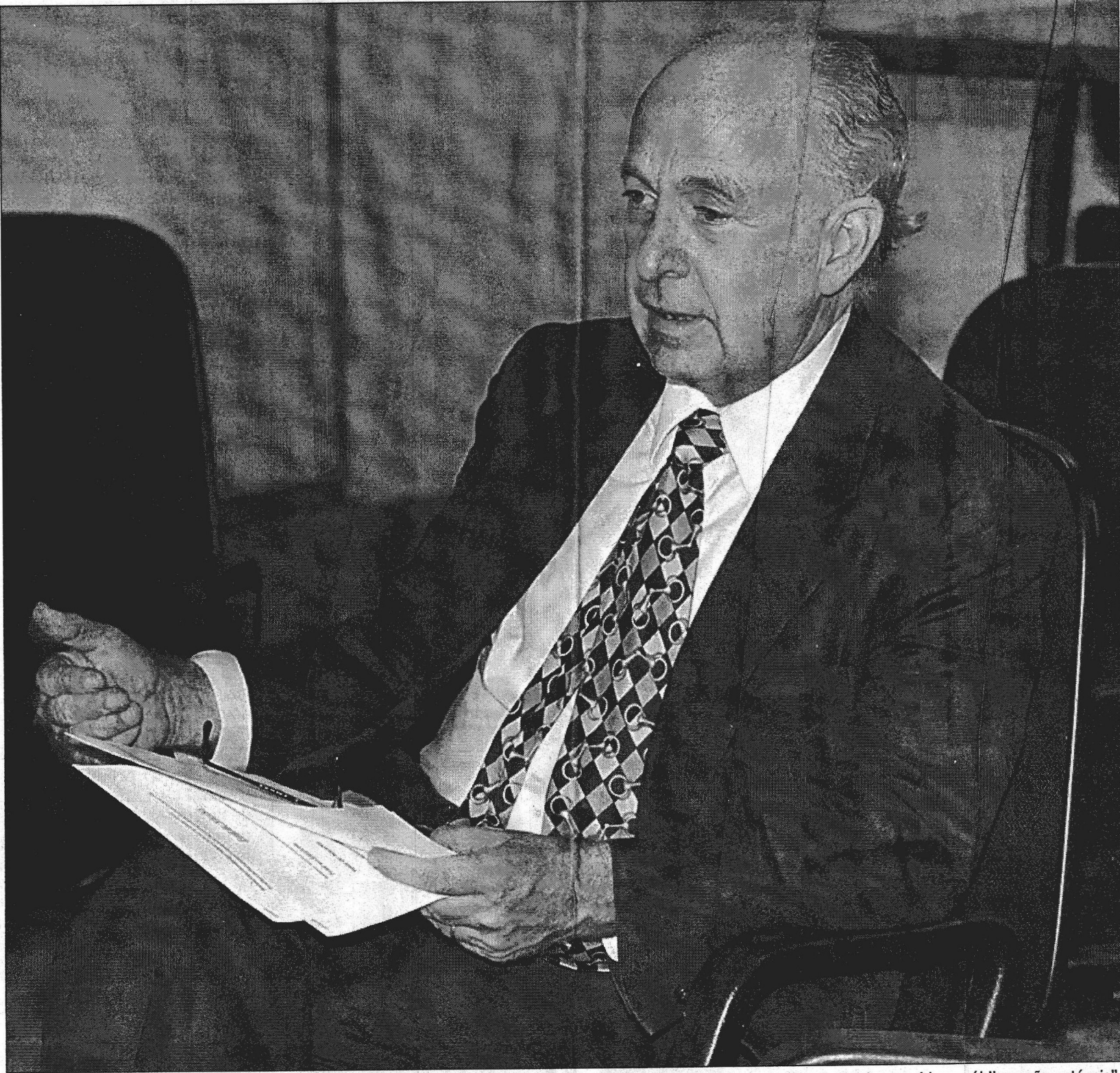
O decreto com os critérios de demissão será publicado ainda esta semana. Os demitidos terão direito a uma indenização semelhante à do Fundo de Garantia, com um salário por cada ano trabalhado. Cláudia Costin admitiu que o levantamento dos não-estáveis já estava pronto há mais de um ano, e não explicou por que essas medidas não foram tomadas antes.

— Os remédios mais amargos, a gente só toma se são realmente necessários — disse ela.

O Mare informou que 144 mil aposentados e pensionistas não se recadastraram dentro do prazo estipulado pelo Governo. Mas há uma estimativa de que mais de cem mil deles ainda deverão regularizar seus cadastros até o dia 18 de dezembro, e que o corte de benefícios atingirá entre 30 mil e 40 mil aposentados.

Para os servidores estáveis, as duas piores notícias são a confirmação de que não haverá reajuste e o anúncio do corte de 10% nas despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

O presidente da CUT do Distrito Federal, José Zunga, chamou o pacote de “El Niño da área social”, um furacão de desemprego sobre a Esplanada dos Ministérios. Segundo Zunga, 45% dos não-estáveis são de nível superior. A CUT-DF e os servidores federais prometem para esta quarta-feira grande manifestação em Brasília com a chegada de carreatas vindas de vários pontos do país. ■



O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO, Bresser Pereira: “O Governo vai fixar critérios objetivos e impessoais para a demissão dos servidores públicos não-estáveis”

Arquivo